

APÊNDICE: DOIS TESTEMUNHOS

António Pedro Mesquita

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA – UM TESTEMUNHO

A primeira vez que ouvi falar significativamente de António Braz Teixeira - até aí para mim um simples nome, vagamente associado ao grupo da filosofia portuguesa - andava eu no Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa e a circunstância não podia ter sido mais inesperada.

O Professor Gama Caeiro, com quem fazia então um seminário de Mestrado, confidenciou-me a dada altura que, estando a referir-se-lhe elogiosamente aos meus talentos de estudante, já não sei em que contexto nem por que razão, Braz Teixeira teria replicado de chofre: "Pudera, ele é neto do Proença...".

Justifica-se que enverede assim por detalhes da minha vida pessoal, com laivos de autoelogio deslocado, pela importância que esta história teve na formação da minha imagem de António Braz Teixeira e até na minha relação futura com ele.

Que um homem da filosofia portuguesa, e insuspeito de simpatias esquerdistas, expressasse assim entusiasticamente admiração por Raúl Proença, predisps-me a simpatizar com ele. E simpatizei.

Foi ainda através do Professor Caeiro que se proporcionou o meu primeiro encontro pessoal com ele. Num dos seminários de Mestrado por ele orientados que frequentei, já não me lembro qual, mas seguramente na segunda metade dos anos Oitenta, Braz Teixeira foi convidado para dar uma sessão sobre Deus e o mal no pensamento português contemporâneo (certamente com base nos estudos que viria a publicar em 1993 em *Deus, o Mal e a Saudade*).

Impressionou-me logo a vastidão do seu conhecimento, estendendo-se dos grandes conceitos aos menores detalhes, como as datas do nascimento e da morte dos muitos autores mencionados, mas sobretudo a capacidade para organizar, classificar e interpretar a informação reunida, sempre sob uma visão de conjunto e subordinando-a a um padrão hermenêutico fundado numa concepção filosófica própria.

Este conjunto de qualidades, que raramente se encontram na mesma pessoa, nunca deixou de me impressionar. Tal como nunca me deixou também de surpreender que convivessem, e convivam, com uma invulgar sobriedade e modéstia, quase a roçar a

timidez, como se o incomodasse desviar a atenção das coisas que sabe e que diz para a sua pessoa.

A partir dessa altura, posso dizê-lo, nunca mais os nossos caminhos deixaram de se cruzar. Devo-lhe parte significativa da minha carreira.

Foi na Imprensa Nacional, pouco depois de ter sido nomeado seu Presidente, que publiquei o meu primeiro livro, resultante da tese de Mestrado que apresentei à Universidade de Lisboa - livro amavelmente acolhido por ele, mas submetido, como devia ser, a todos os procedimentos de avaliação regulamentares, antes de ter sido aprovado para publicação.

Quando lancei o projecto de tradução comentada das obras completas de Aristóteles, em 2002, não hesitei nem por um momento em propor à INCM a publicação dos volumes que por ele viessem a sair. E foi com a mesma abertura que se disponibilizou em princípio para o acolher e com a mesma exigência e rigor que definiu com o Centro de Filosofia os termos do protocolo que haviam de reger a parceria entre as duas instituições.

Ao longo desde percurso, e desde muito cedo, tive várias vezes a prova de que me conhece surpreendentemente bem.

O caso mais emblemático deu-se à 20 anos, com um convite para uma conferência no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa. Antes de me ter convidado para participar neste evento, um curso livre de Filosofia Luso-Brasileira, com uma sessão sobre Matias Aires, nunca - devo confessá-lo aqui - tinha sequer ouvido falar neste ilustre setecentista. Por isso, hesitei compreensivelmente em aceitar. Mas ele insistiu e convenceu-me: "vai ver que não se arrepende...". E, de facto, o interesse que a leitura deste autor despertou em mim foi tanto que o que era para ser uma pequena comunicação rapidamente se tornou num livro, publicado logo no ano seguinte pela INCM (*Homem, Sociedade e Comunidade Política. O Pensamento Filosófico de Matias Aires*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998).

Na sequência, recebi da sua parte um dos gestos que mais me tocou: a oferta da cópia de uma gravura bastante rara representando a casa, "com capela anexa", de Matias Aires na Agualva. Tenho-a pendurada à frente dos olhos no meu gabinete na Faculdade.

De entre os episódios que inevitavelmente foram sendo partilhados (recordo, por exemplo, a primeira vez que me surpreendeu a dizer que ia mandar alguma coisa "pelo Emílio" ou em que o vi sair de fato de banho para dar umas braçadas vigorosas

na piscina do Casarão em São João d'El Rei) justifica-se que mencione um, que revela bem o homem.

Tratou-se, mais uma vez, de uma iniciativa do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, no caso o colóquio comemorativo do 10º aniversário, que se realizou a 20 de Junho de 2002 na Sociedade Histórica da Independência de Portugal e foi dedicado ao pensamento político luso-brasileiro.

Já não sei se foi ele que me desafiou para isso ou se fui eu que me propus, mas o facto é que a minha fala versava o conceito de democracia em Oliveira Salazar... No entanto, sem que (que me lembre) lhe tivesse explicado antecipadamente isso, a minha ideia nunca tinha sido expor as ideias de Salazar sobre a democracia, seja na sua fase de académico e dirigente católico, antes de entrar para o governo, seja na sua fase de governante, mas antes analisar a sua prática política (por isso subtulei o texto: "um exercício de exegese da prática política"), na perspectiva de demonstrar algo que hoje se tornou mais corrente reconhecer, mas na altura (já lá vão 15 anos) era ainda relativamente inédito, a saber, que esta não tinha na sua base uma concepção "sistemática e consistente da organização do Estado que considerasse dever obrigá-lo a ele próprio", como viria escrever no livro em que depois o desenvolvi, mas um simples projecto de poder pessoal.

Escrevi o texto febrilmente, numa noite, e fiquei bastante contente com ele.

Para ter uma ideia do impacto que a fala deve ter tido nos numerosos assistentes, todos bastante solenes e formais, que enchiam por completo o imponente salão da Sociedade, basta repetir aqui as primeiras linhas dela: "A coerência é como a coragem: nem sempre é uma virtude. Salazar – o homem, o governante, o político, o pensador – é um exemplo emblemático desta verdade."

Mas as últimas ainda eram piores... Vou repeti-las aqui, esperando não causar involuntariamente a mesma reacção que produziram da primeira vez: "Salazar não tinha, do ponto de vista da sua prática política, verdadeiramente nenhum conceito de democracia, porque antes de mais não tinha nenhuma concepção séria, sistemática e consistente do Estado. Mas nisto está, evidentemente, um conceito *à rebours* da democracia. Sob este aspecto, o título escolhido ilude involuntariamente o leitor. Não se trata de examinar o conceito de democracia em Salazar, nem sequer a desmontagem salazarista desse conceito, mas de acompanhar como Salazar se opôs, na sua prática política, ao conceito de democracia, e a *qualquer* conceito de democracia, em virtude de uma concepção do poder pessoal em termos que não

admitem outra justificação (...) ou legitimação (...) para lá do seu próprio exercício. Nesta medida, 'Salazar e o Conceito de Democracia' significa: Salazar para além da democracia e da anti-democracia, Salazar para além de qualquer justificação jurídico-política do poder."

Pode imaginar-se como estas palavras foram recebidas.

Ainda me lembro de dois dos assistentes - um deles, vim a saber depois, ex-ministro de Salazar - terem saído porta fora, depois de verberarem (embora urbana e correctamente, é preciso que se reconheça) aquilo que consideraram ser uma falta de respeito pela memória de "um grande Português" (*sic*).

E António Braz Teixeira, o homem responsável pelo convite, e, portanto, involuntariamente, pelo escândalo, uma vez que nada sabia antecipadamente das minhas intenções?

Dele, não recebi, nem nesse momento, nem mais tarde, uma única palavra de crítica ou de censura. Aliás, noto agora, com curiosidade, que nunca chegámos mesmo a voltar falar sobre este episódio. Sem que, desde então, uma sombra sequer tenha alterado a nossa relação.

Uns anos mais tarde, tive a honra e o privilégio de ter sido um dos subscritores da proposta que o Departamento de Filosofia fez à Faculdade de Letras e esta à Universidade de Lisboa (proposta sucessivamente aprovada em todos os escalões, julgo que sempre por unanimidade) de atribuição do título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa a António Braz Teixeira. A ideia foi do Leonel Ribeiro dos Santos e o outro proponente original foi o Pedro Calafate, que foi quem fez o elogio do candidato no acto de entrega do título, realizado na Aula Magna em 7 de Novembro de 2006. Para além da justeza indiscutível da outorga, tive assim a oportunidade de participar num gesto de retribuição simbólica pelo muito que a filosofia em Portugal lhe deve.

Tive também o prazer de colaborar na edição do volume de homenagem que, mais uma vez por iniciativa do Leonel Ribeiro dos Santos, e desta vez com a colaboração do Manuel Cândido Pimentel, o Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa publicou em 2008 com o evocativo título *Convergências e Afinidades* e que, ao longo de quase mil páginas, reuniu dezenas de estudos sobre o pensamento e a obra de Braz Teixeira, bem como sobre os temas que ele próprio cultivou e para cujo conhecimento e compreensão quase sempre deu destacado, quando não pioneiro, contributo.

Finalmente, tive ainda o gosto de publicar, também em 2008, a sua obra sobre *Conceito e Formas de Democracia em Portugal* numa editora com que colaborei episodicamente, embora, infelizmente, não tenha podido acolher no Centro de Filosofia uma outra que mais recentemente me propôs, por motivos que, naturalmente, nada têm que ver com o mérito do trabalho, mas com as condições presentes do próprio Centro.

E não quero esquecer ter tido o prazer de ser um dos muitos a estar a seu lado a festejar as suas 80 jovens primaveras na Associação Cabo-Verdiana, a 21 de Julho de 2016.

Por todas estas razões, não podia senão estar aqui também hoje (embora, infelizmente, só em espírito...) a prestar este pessoalíssimo testemunho, feito ao correr da memória.

*

Castro Guedes

**“UMA PARTE MENOR NA VASTIDÃO DE UMA OBRA E SEU AUTOR, A OBRA
IMENSA E VASTA DE UM AUTOR COMO PARTE MAIOR NO TEATRO PORTUGUÊS:
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA”**

O título deste testemunho não é encomiástico nem metafórico. Trata-se de um facto facilmente comprovável. Com actos e obra que passamos a elencar, tal como os quesitos de uma acção e de um julgamento em que António Braz Teixeira é o réu de um crime que a inveja a muitos não perdoa: ser culto, saber da cultura da sua Pátria e defendê-la, aumentá-la, pertencer-lhe e partilhá-la generosamente. É que se o teatro é pouco mais do que incidental na vida e obra de Braz Teixeira, o teatro português fica-lhe em dívida com o tanto que por ele fez.

Enquanto secretário de Estado da Cultura, numa passagem mais que fugaz pelo cargo, António Braz Teixeira não só reforçou verbas e corrigiu assimetrias, como procurou empregar um sentido e um pensamento crítico à sua acção governativa. Em seis meses (ou pouco mais do que isso) chamou a si as decisões tomadas na inércia dos gabinetes traduzidas em propostas de “serviços” e poderes fácticos instalados na ponta de um balancé de ignorância e interesses de grupo.

No Teatro Nacional Dona Maria II fez obra e introduziu uma dinâmica invejável ao mesmo (que hoje é apenas os escombros de um edifício de pouco mais do que acolhimento e produções de autor sem grande critério estratégico para lá de

interesses grupais e geracionais, quando não pessoais). Soube aproveitar e defender, literalmente, um elenco artístico de 40 pessoas, maioritariamente de elevada ou muito elevada qualidade e geracionalmente diversificado e um corpo técnico competentíssimo. Potenciou o trabalho de e na Casa de Garrett, arejou certos hábitos um pouco bafientos, mas fê-lo com o aproveitamento dinâmico da tradição e dos muitos saberes diferenciados então lá existentes. E abriu portas a nomes gigantes da dramaturgia mundial, mas muito particularmente portuguesa, como se impunha, mas à época era quase herético.

Na RTP impulsionou a produção própria a paredes meias com outras produções de alta qualidade adquiridas no estrangeiro, retomando a salutar programação regular do teatro quinzenalmente. Abriu espaço para um magazine semanal de divulgação do teatro nas várias vertentes (a começar na reportagem sobre espectáculos em cena, mas também colóquios, livros, ensino, memorial de edifícios, debates temáticos, entrevistas a protagonistas da nossa vida teatral, carteleira integral da oferta) e de carácter verdadeiramente nacional, sem sequer esquecer as ilhas. Contribuiu para abrir também espaço à divulgação do nosso teatro na própria informação nacional, deu a mão à viabilização de projectos, cujos meios da administração central eram insuficientes. A isto acrescentou uma recolha do teatro de raiz tradicional popular, cujo desenvolvimento seria a constituição de um acervo para lá das nossas fronteiras políticas, alcançando aquilo a que se chama hoje lusofonia (mas é muito mais do que isso). Chegou a abrir também espaço à própria crítica teatral em formato televisivo. Lançou alicerces, depois minados, para a reconstituição de uma companhia de teatro da RTP; e outro projecto de registo para acervo no Museu Nacional do Teatro.

Na Imprensa Nacional-Casa da Moeda editou e reeditou obras fundamentais da nossa dramaturgia esquecida, muitas das quais trazendo à luz textos originais até então desconhecidos e inéditos de autores já publicados em “obras completas”, mas que ainda estavam, de facto, incompletas; coligiu em novas obras completas dramaturgias de contemporâneos, várias vezes com obras apresentadas e publicadas no estrangeiro mas supinamente ignoradas entre nós; permitiu e estimulou a publicação de obras de ensaio sobre teatro e levantamentos historiográficos. E chegou a inaugurar a prática de uma sinergia entre o teatro inédito tornado visível em livro e palco coincidentemente.

Para além disto tudo – que é parte substantiva do que de bom (ainda) se fez durante umas duas décadas no teatro português, até este chegar ao estado moribundo em que

se encontra - António Braz Teixeira, para quem teve a oportunidade de conviver com ele e absorver-lhe o saber, sempre disponível para o partilhar, foi ensinando isto e aquilo, ajudando ou apontando mesmo pistas a nível académico e foi um acérrimo defensor da evidência que o “chique” intelectual quis negar: há uma linha de continuidade na dramaturgia portuguesa, há qualidade ao longo dessa mesma linha.

E ainda além deste além, ficaram muitos projectos, conselhos e sugestões que lhe pediram, mas que ou não tiveram fôlego ou vontade para os cumprirem. Não foi raro que em “aflicção” decisores houvesse que pediam auxílio a Braz Teixeira para traçar uma linha, sugerir um nome, pedir até um contacto ou uma recomendação para e por onde procurar isto ou aquilo, mas a que depois lhes faltou a visão estratégica, a coragem ou sequer o perceber o alcance da coisa.

Este homem, cuja biblioteca – de livros lidos – é um monumento em si contemplar, incluindo o número de exemplares de teatro (só por si maior do que muitas bibliotecas completas de supostos teatrólogos, mas menor do que as outras áreas que enchem as suas estantes e estantes) foi durante muitos anos assíduo frequentador dos espectáculos no mais puro anonimato; e depois prosseguindo-o, durante e após os lugares que ocupou em estricção com o teatro. Afastou-se das plateias há alguns anos, quer porque empenhou em dedicar-se intensamente a outras áreas vitais e axiais da sua produção intelectual e reflexão espiritual, quer porque, de facto, o abaixamento do nível do nosso teatro é confrangedor de todos os pontos de vista. Mas, mesmo assim, quando se fala deste ou daquele autor português contemporâneo e de primeiras edições recentes, (re)conhece-o com acuidade, tem opinião fundamentada e pode dar-nos uma lição sobre o que muitos que fazem do teatro a sua parte maior muito têm para continuar a aprender com aquilo que, como se titulou, é parte menor no meio da vastíssima cultura de António Braz Teixeira.

É, pois, com sincera e comovida emoção, que daqui estou a enviar um testemunho que, apesar da amizade e enorme apreço que por ele sinto, não tem o mínimo de exagero adjectivante e impressionista, por onde tantas vezes resvalamos quando falamos de figuras ímpares como a que em boa hora a Universidade Católica decidiu homenagear. Falei de factos concretos e mais do que objectivos para medir o imensurável da grandeza intelectual de António Braz Teixeira, personalidade absolutamente rara e singular na Cultura Portuguesa.